PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO EM FOCO | UEMG

CONTRADIÇÕES ENTRE PROJETOS E PRÁTICAS ANTI-HOMOFÓBICAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Mary RANGEL[1]
Marcio CAETANO[2]
Nilcelio Sacramento de SOUSA[3]

Resumo

O enfoque temático deste estudo são as contradições entre os projetos anti-homofóbicos na escola e as suas práticas. Para tanto, assumiu-se a proposta de exemplificar essas contradições ao analisar dez artigos que fazem parte do acervo obtido em uma pesquisa sobre o estado da arte sobre a diversidade sexual e educação, implementada com apoio do CNPq. Na metodologia, adotou-se o procedimento de revisão narrativa, fazendo-se uma síntese descritiva, seguida de comentário apreciativo do conteúdo, com atenção a elementos contraditórios entre projetos e práticas. Na discussão conclusiva, ressaltamos que, embora se encontrem discrepâncias entre o que se propõe e o que se pratica, avanços significativos dos anos 1990 até a metade desta década não podem ser ignorados. Valoriza-se, portanto, o incremento de pesquisas que repercutam na desconstrução de preconceitos que constituem a substância da homofobia.

Palavras-chave: Diversidade. Estado da arte. Discriminação. Heteronormatividade.

[1] Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e aprofundamento de estudos em nível de Pós-Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora Nível 1D do CNPq. Professora Titular de Didática da Universidade Federal Fluminense e Titular da Área de Ensino-Aprendizagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (aposentada em ambas). ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3834-942X.
E-mail: mary.rangel@lasalle.org.br.

[2] Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense e aprofundamento de estudos em nível de Pós-Doutorado em Currículo e Cultura Audiovisual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPED-PNPD/CAPES). Docente Associado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4128-8229
E-mail: mrvcaetano@gmail.com.

[3] Doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense e professor da Rede Municipal de Ensino do Município de Mairi/BA. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8908-1841
E-mail: nilceliosousa@hotmail.com.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO EM FOCO | UEMG

CONTRADICTIONS BETWEEN ANTI-HOMOPHOBIC PROJECTS AND PRACTICES IN THE SCHOOL CONTEXT

Mary RANGEL
Marcio CAETANO
Nilcelio Sacramento de SOUSA

Abstract
The thematic focus of this study lays on contradictions between antihomophobic projects and practices at the school. To this end, we assume the proposal of exemplifying these contradictions by analyzing ten papers among those that are part of the set obtained in a research on the state-of-the art on sexual diversity and education, conducted with support from CNPq. The methodology is based on a narrative review procedure, through a descriptive synthesis, followed by an appreciative comment on the content, with special attention to contradictory elements between projects and practices. In the conclusive discussion, we emphasized that, despite discrepancies between what is proposed and what is practiced, significant advances from the 1990s until the middle of the current decade cannot be ignored. Therefore, we value the development of researches that reverberate in the deconstruction of prejudices that constitute the substance of homophobia.

Keywords: Diversity. State of art. Discrimination. Heteronormativity.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO EM FOCO | UEMG

CONTRADICTIONS BETWEEN ANTI-HOMOPHOBIC PROJECTS AND PRACTICES IN THE SCHOOL CONTEXT

Mary RANGEL
Marcio CAETANO
Nilcelio Sacramento de SOUSA

Resumen
El foco temático de este estudio son las contradicciones entre los proyectos anti homofobicos en la escuela y sus prácticas. Para eso, la propuesta de ejemplificar estas contradicciones se asumió mediante el análisis de diez artículos entre los que forman parte de la colección obtenida en una investigación sobre el estado del arte en diversidad y educación sexual, implementada con el apoyo del CNPq. En la metodología se adoptó el procedimiento de revisión narrativa, realizando una síntesis descriptiva, seguida de un comentario apreciativo sobre el contenido, con atención a elementos contradictorios entre proyectos y prácticas. En la discusión concluyente, destacamos que, si bien existen discrepancias entre lo que se propone y lo que se practica, no se pueden ignorar avances significativos desde la década de los noventa hasta mediados de esta década. Por tanto, se valora el incremento de la investigación que repercute en la deconstrucción de los prejuicios que constituyen la sustancia de la homofobia.

Palabras clave: Diversidad. Estado del arte. Discriminación. Heteronormatividad.

Introdução

Este estudo vincula-se às pesquisas sobre *Diversidade sexual na educação*, desenvolvidas com apoio do CNPq em três instituições de ensino superior: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Nessa pesquisa, ficou evidenciado que, apesar dos projetos e normas com propostas anti-homofóbicas terem se acentuado nos últimos anos, a heteronormatividade permanece ancorada no contexto escolar, manifestando-se, de modo explícito ou subliminar, em atitudes e decisões.

O interesse pelas questões LGBT[4] (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) motivou a realização de outras 6 pesquisas, apoiadas pelo FAPERGS, CAPES e novamente CNPq e que sinalizaram o mesmo problema da heteronormatividade. De acordo com Caetano, Goulart e Silva (2016), a heteronormatividade constitui-se na lógica dicotômica e complementar entre homens e mulheres, instituindo a degradação social dos sujeitos que buscam subvertê-la. Já a homofobia, segundo as autoras, é a resposta da heteronormatividade destinada às identidades sexuais dissidentes. Ao tratar a heteronormatividade enquanto sistema político-subjetivo, Caetano, Goulart e Silva (2016) argumentam que ela busca reiteradamente a manutenção da lógica sexual binária. Nesse sentido, o controle das tecnologias pedagógicas culturais.

> A homofobia ultrapassa as expressões do corpo e as práticas sexuais desdobram-se nas identidades de gênero. Isto nos leva a afirmar que somos todos os dias interpelados por determinações regulamentares que nos ensinam sobre como devemos avaliar, classificar e hierarquizar os sujeitos, produzindo, em última instância, relações assimétricas heterocentradas. Os sistemas normativos operam verdades nos discursos e produzem modos de subjetivação que funcionam como marcos regulatórios de nossos comportamentos e miradas sobre o mundo (CAETANO, GOULART E SILVA, 2016, p. 10).

Sabe-se que, nos últimos anos, a categoria “homofobia” vem sendo alvo de intensas críticas proferidas, sobretudo, pelos movimentos sociais de lésbicas, travestis e transexuais (LTT), que alegam que aquela apenas visibiliza as vivências violentas sofridas por homens gays. Como opção, os movimentos sociais LTT, juntamente com parcelas significativas da produção acadêmica, criaram a categoria “LGBTfobia”. Entretanto, pensa-se que ambas não expressam a complexidade que envolve o sistema heteronormativo, sobretudo, quando interseccionado com as discussões em

[4] Ao longo dos anos, por meio de conjunturas complexas, as categorias e siglas produzidas para dar conta das reivindicações político-subjetivas das dissidências sexuais sofreram inúmeras alterações. Contudo, no presente trabalho, nos limitaremos à produção relativa às populações LGBT, considerando que esta, em sua maioria, é anterior à resolução do movimento social organizado que assumiu as agendas políticas das pessoas intersexo. Para um conhecimento mais aprofundado do assunto, recomendamos a leitura dos estudos de Caetano (2016), Green, Quinalha, Fernandes e Caetano (2018) e Caetano, Rodrigues, Silva e Goulart (2018).

torno das performatividades de gênero, raça, misoginia e androcentrismo. Neste artigo, as categorias serão apresentadas quando os autores e autoras citadas as mencionarem.

A partir do contato com a literatura especializada, tomou-se conhecimento das contradições entre discursos de apoio à população LGBT e as ações efetivas nesse sentido que, favorecendo a permanência do poder heteronormativo no âmbito da educação e da escola, enquanto instâncias formadoras de opiniões, também podem estar beneficiando essa permanência na sociedade, afetando as relações e mantendo processos discricionários, que se manifestam de maneira explícita ou escamoteada.

Preocupações dessa natureza justificaram a realização do presente estudo, que buscou exemplificar as contradições entre o que é declarado e o que se pratica em aportes de alguns dos recentes estudos reunidos na pesquisa do estado da arte dos debates LGBT, aqui apresentada. Desse modo, no encaminhamento metodológico, foram feitas, de modo eletivo, a busca e a seleção de artigos nas plataformas *Scielo* e *Google Scholar*, fazendo uso dos eixos "diversidade sexual e educação" e "LGBT e escola", de acordo com seus focos temáticos que, embora diversos, costumam privilegiar questões significativas para a exemplificação pretendida no procedimento de revisão. As respectivas plataformas foram definidas pela capacidade de constituírem o *índice h* e serem amplamente acessadas pela comunidade acadêmica brasileira. Os artigos selecionados possuíam, ao menos, 02 (duas) citações no *índice h* de uma ou das duas plataformas, ou seja, foram mencionados em outros textos (documentos, artigos, etc.) disponibilizados na web.

Pelo fato de não pretender ter um amplo alcance e abrir mão do protocolo de revisão sistemática, a revisão aqui desenvolvida apresenta um estilo que a caracteriza como "revisão narrativa" (CORDEIRO, 2007, p. 34). Nesse sentido, de modo objetivo e pontual, foi realizada a síntese descritiva de cada artigo e, a título de diálogo e interlocução com os autores, um comentário apreciativo do estudo. As análises do conjunto dos artigos foram complementadas por dados e argumentos a respeito da persistência de processos homofóbicos e por observações que demonstram que o campo da diversidade sexual é um campo teórico ainda em construção, com muitos vetores de análise que estimulam a continuidade de pesquisas.

Contradição entre propostas e práticas anti-homofóbicas em estudos recentes

Inicia-se a exemplificação de contradições com Hruschka e Maio (2015), que focalizam *Gênero e diversidade sexual: análise dos Projetos Político-Pedagógicos/PPPs das escolas públicas*

estaduais de Londrina, PR – ensino médio, com o objetivo de examinar suas abordagens, levando também em conta os termos da legislação nacional, estadual e das políticas públicas no âmbito temático em questão. A pesquisa que fundamenta esse artigo caracteriza-se como documental descritiva e os PPPs examinados foram os que se encontravam disponibilizados em sites de escolas para consulta pública.

As análises possibilitaram verificar que, embora a abordagem de gênero e/ou de diversidade sexual tivesse uma presença regular em todos os Projetos, nenhuma das previsões ou projeções contemplou meios de operacionalizar, na prática, ações efetivas requeridas ao processo educacional, considerando os problemas decorrentes da heteronormatividade compulsória ou mesmo os indicativos da legislação, o que justificou o debate dos PPPs nas escolas, proposto pelas autoras.

Desse modo, o diálogo com o texto de Hruschka e Maio (2015) sugere refletir sobre a importância dos PPPs, nos quais é revista a história da escola, desde sua origem até as decisões que se fazem em seu presente, sem esquecer as projeções de metas a serem alcançadas, em vista do que se espera e deseja no futuro. Essa reflexão se conecta com outra: a de que a elaboração coletiva do Projeto constitui um momento e um processo significativos à escola, desejando-se que anuncie e mobilize, efetivamente, ações transformadoras.

Possibilidades semelhantes de reflexão são encontradas em Kadlubitski e Junqueira (2015), que possuem, como foco de seu estudo, a *Diversidade cultural na formação do pedagogo*, visando investigar, com base nas Diretrizes curriculares do Curso de Pedagogia, a atenção à diversidade cultural e à superação de processos excludentes.

Com esse interesse, o artigo aborda a formação do pedagogo em Curitiba, analisando documentos oficiais em nível nacional e documentos curriculares de sete cursos de pedagogia em nível local. Também se levanta dados por meio de entrevistas com as coordenações e docentes desses Cursos. A partir dos dados e análises, os autores concluem que, embora a diversidade cultural seja enfatizada nos documentos, o processo formativo ainda não incorporou essa proposta de modo efetivo.

Na interação com o texto dos autores, observa-se mais um elemento importante da contradição entre propostas e práticas, desta vez, situado na formação de pedagogos, sugerindo refletir que essa formação pode estar subtraindo ou limitando aprendizagens social e politicamente expressivas que as implicações da diversidade, em seus vários prismas de análise, oferecem aos/às educadores/as, incluindo, na sua discussão, as questões das diferenças de gênero e sexualidade, também discutidas em seus vetores culturais em estudos pós-estruturalistas.

Outra face do contraditório é encontrada em Fernandes e Pereira (2014), quando indagam sobre *Políticas públicas para a diversidade sexual em contexto escolar: realidade ou utopia?* A indagação é motivada pelo interesse em respostas às complexidades, contradições e emperramentos que sustentam a hegemonia heteronormativa e consolidam a exclusão de identidades de gênero não-heterossexuais.

As respostas conduzem à constatação da premência de se incrementar o debate de questões referidas à diversidade sexual na escola, associada à implementação, de modo efetivo e eficaz, de políticas que assegurem direitos públicos requeridos à vida cidadã. Realçam-se, desse modo, o respeito à população LGBT e o reconhecimento de suas expressões socioculturais, sem determinismos de modelos heteronormativos, desmistificando-os e vencendo sua resistência no cenário da sociedade e da educação. Com esse foco de discussão, o estudo de Fernandes e Pereira (2014) contrapõe realidade à utopia no encaminhamento das questões LGBT, requerendo respostas ao impasse que se estabelece na distância entre pretensões assumidas no discurso e a mobilização de ações. A transformação de discursos em práticas efetivas é a proposta que se fundamenta e se ressalta, de maneira coerente, na evolução dos argumentos dos autores.

Com preocupações afins, Graupe (2013) analisa e apresenta o tema *As ações do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e a agenda política de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas*. Numa perspectiva de superação de distanciamentos e contradições entre propostas e práticas, o núcleo promoveu iniciativas, como o Projeto *Papo sério: gênero, sexualidades e educação*, que teve como propósito discutir representações de gênero, sexualidades e violências com jovens alunas e alunos de escolas públicas da Grande Florianópolis, Santa Catarina.

Nas iniciativas do Núcleo, também foi incluído o *Concurso de Cartazes sobre Homo-lesbo-transfobia* como parte das atividades mobilizadas em comemoração à data de 17 de maio, dia Mundial de Combate à Homofobia, oficializado, em Santa Catarina, pela Lei Municipal nº 7.476, de 19 de dezembro de 2007 (MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA, 2007). Esse movimento político anti-homofóbico foi complementado ainda pelo Curso de Formação Continuada *Gênero e Diversidade na Escola*[5], na modalidade semipresencial, ofertado pelo Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ao longo da realização do curso, foram privilegiadas questões referidas ao convívio com as diferenças em suas várias nuances raciais, religiosas, de classe, gênero ou sexualidade, constituindo em mais uma tentativa de superação de preconceitos no contexto escolar.

[5] Experiências semelhantes foram desenvolvidas em inúmeras Instituições de Ensino Superior no Brasil, a partir das políticas de formação continuada de professoras/es, implementadas pelo Ministério da Educação desde 2005. Para maior conhecimento dos cursos, recomendamos a leitura do estudo de Rohden, Araújo e Barreto (2008).

Desse modo, um dos elementos que se destaca na interlocução com Graupe (2013) é a possibilidade de se reconhecer alternativas para encontrar soluções que promovam o enfrentamento do que a autora denomina de "Homo-lesbo-transfobia" e a ultrapassagem de fronteiras entre propostas políticas de combate a discriminações e práticas que superem a contradição entre fatos e intenções.

Nesse mesmo sentido, Oliveira Júnior e Maio (2014) discutem *Diversidade sexual e homofobia: a cultura do desagendamento nas políticas públicas educacionais*, acrescentando dados à análise de contradições que esvaziam a agenda de enfrentamento da heteronormatização compulsória e sua pressão sobre sujeitos LGBT que a transgridem. No curso das análises, são realçados o papel formador e dialógico da escola e a sua condição como *lócus* significativo de consideração e implementação de políticas públicas.

Nessa configuração do contexto escolar, assinalam-se perspectivas, como a do Programa Escola sem Homofobia. Entretanto, fortalecendo o contraditório, sublinha-se a oposição governamental a materiais didáticos anti-homofóbicos, o que justifica e promove a oposição social, prejudicando o real exercício de direitos políticos.

Observa-se, então, neste estudo, que os autores retomam e reafirmam elementos do contraditório nas próprias instâncias oficiais em que as políticas anti-homofóbicas são formuladas, promovendo incoerências entre apoio discursivo e práticas governamentais. Oliveira Júnior e Maio (2014) utilizam, portanto, de modo pertinente e sugestivo, o termo "desagendamento" para tratar da fragilização da postura anti-homofóbica na sociedade, na educação e, por conseguinte, na escola.

Com perspectivas semelhantes, Vianna e Cavaleiro (2014), no estudo *Políticas públicas de educação e diversidade: gênero e (homo)sexualidades*, observam, nos termos das propostas, o discurso a favor do respeito à diversidade, que se introduz nas políticas públicas de educação no Brasil, com maior acento, a partir da década de 1990, enfatizando a atenção às questões de gênero e sexualidade. Embora o discurso político incorpore as propostas de romper o silêncio, ampliar as discussões e superar tabus, de modo que haja efeitos nos processos gestores e nas relações que se estabelecem no ambiente escolar, seriam necessárias garantias de melhores condições de trabalho, assim como de oportunidades formativas, que favoreçam o reconhecimento de valores e direitos, para que tais propostas se traduzam em ações concretas de desconstrução de visões sexistas e preconceituosas, que alimentam a resistência do determinismo heteronormativo.

No diálogo com Vianna e Cavaleiro (2014), nota-se o seu entendimento da diversidade sexual como dimensão da diversidade, em seu significado e aplicação mais amplos, atribuídos a várias expressões das diferenças socioculturais. Embora a própria noção de diversidade esteja recebendo

ressalvas no sentido de sua possível referência ao "outro", numa caracterização que pode admitir um lugar "menor" na hierarquia social, essa noção tem sido empregada de forma associada ao respeito e valorização dos/as que não se submetem a padrões hegemônicos de modelagem cultural. Desse modo, a utilização do termo incorpora-se ao questionamento a discriminações, como as que são movidas por preconceitos homofóbicos.

Com a mesma atenção ao contraditório, César, Duarte e Sierra (2013) discutem *Governamentalização do Estado, movimentos LGBT e escola: capturas e resistências*, considerando aspectos referidos à governabilidade, à constituição do Estado Moderno, seus recursos tecnológicos e suas repercussões na sociedade e na escola, seus avanços e retrocessos, seus desacordos e emperramentos.

Consideram-se, então, na dinâmica de contradições, perspectivas do Estado brasileiro e implicações em movimentos LGBT e em políticas de currículo, assinalando-se que as proposições contrárias a práticas discriminatórias são prejudicadas por um processo de governamentalização desses movimentos, limitando as suas ações. Com referência à base foucaultiana, realça-se a importância de reações à lógica identitária e normalizadora, recorrendo-se, nesse sentido, às concepções de estética da existência e de atitude *queer*, que agregam elementos críticos às análises. Dessa maneira, a interlocução propiciada pela leitura de César, Duarte e Sierra (2013) traz focos especialmente instigantes às problematizações no campo do debate LGBT, articulando, em suas análises, fatores do Estado, dos movimentos e do currículo a implicações e contradições da governamentalização, podendo assinalar a relevância de análises que percorrem o texto, formulando-se do nível do Estado ao nível da escola.

Com a mesma motivação crítica, Mello (*et al*., 2012) tematizam *Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil*, propondo a ênfase em direitos sexuais e em propostas e processos de formação docente, tendo em vista a exclusão que ainda permanece na escola, submetendo os sujeitos que contrariam normas de controle de gênero.

A "LGBTfobia" se mantém, portanto, na percepção de docentes, sinalizando, entre outros fatores, a falta do preparo necessário para fundamentar e incentivar mudanças de atitudes em favor da equidade e justiça no trato das questões da sexualidade. Trata-se de uma situação que permanece, apesar de propostas políticas e de iniciativas, como cursos de formação e uso de material didático na escola, o que motiva os autores a identificar limitações, sem desconsiderar as possibilidades dessas iniciativas.

Na leitura de Mello (*et al*., 2012), encontram-se, desse modo, vetores interessantes à discussão do contraditório entre propostas e práticas, sugerindo também refletir a respeito de alternativas de compatibilizá-las. Outro ponto destacável do referido artigo é o potencial de ampliação de sentidos que a perspectiva da "LGBTfobia" (termo usado pelos autores) oferece a essa discussão.

A análise do contraditório segue com Nardi, Rios e Machado (2012), que desenvolvem um ensaio com abordagem interdisciplinar, agregando aportes do Direito, da Antropologia, da Sociologia, da Medicina e da Psicologia Social para a formulação de análises de contexto, de fundamentos epistemológicos e de tendências e riscos que interferem nas políticas públicas referidas à diversidade sexual e aos aspectos de gênero e diversidade corporal no Brasil.

Considera-se, nesse sentido, a contradição que se evidencia entre a decisão do Supremo Tribunal Federal, em favor da igualdade de direitos na união de casais do mesmo sexo e de sexos diferentes, e a discussão do Ministério da Educação contrária ao uso de material pedagógico elaborado por ONGs para apoio a ações anti-homofóbicas na escola.

No diálogo com Nardi, Rios e Machado (2012), pode-se destacar a abrangência das áreas de fundamentos recorridas na análise da contradição entre duas instâncias de decisão formal, que se pronunciam, de modo diferente, sobre uma mesma questão. Esse vetor de análise propicia a outras pesquisas no campo da diversidade sexual um aspecto especialmente instigante ao debate do esvaziamento do discurso legal, no próprio contexto em que ele é construído.

Portanto, o que se depreende, na sequência das leituras e interlocuções com os autores, é que, em seus diversos focos temáticos e contextos de estudos, pode-se perceber a resistência do determinismo heteronormativo, cujas raízes se estendem até a segunda década de 2000, fixando, de modo explícito ou subliminar, o preconceito homofóbico que alimenta a contradição entre o que se propõe e o que se executa, interferindo nas relações na sociedade e na escola. É oportuno, então, retomar algumas análises, fundamentadas em perspectivas teóricas e dados empíricos, a respeito da persistência de processos homofóbicos na educação e na escola.

A persistência de processos homofóbicos evidenciada em estudos a partir dos anos 1990

Nesse segmento, cujo intuito é compilar argumentos sobre a persistência de processos homofóbicos numa perspectiva temporal, retomam-se dados de final da década de 90 que

prosseguem até a seguinte, acrescentando avanços na discussão anti-homofóbica e demonstrando essa persistência.

Assim, embora haja conquistas na esfera política de direitos, permanecem processos homofóbicos, que se radicalizam em violências físicas, simbólicas e, até mesmo, em índices expressivos de suicídios e mortes na população LGBT. Nesse aspecto, vale considerar, em Souza e Gallo (2002), a análise inspirada no fundamento foucaultiano do biopoder (FOUCAULT, 2000) e sua influência em decisões sobre vida e morte:

> Aquele que deve viver não é o mais corajoso, mais forte, ou mais politicamente hábil; o que deve viver é o mais puro, o "mais superior", o mais sadio. A afirmação de sua vida e a eliminação de seu outro (isto é, o impuro) são a afirmação de toda a raça, são a afirmação de uma população mais sadia (SOUZA; GALLO, 2002, p. 48).

Com preocupações dessa mesma natureza, Silva Júnior (2013, 2009) ressalta a dimensão da violência que se potencializa em mortes e suicídios na população LGBT. No Brasil, embora a estatística seja rarefeita, constata-se que, anualmente, o índice de mortes alcança 150 pessoas, com ocorrências em torno de uma morte a cada três dias (JUNQUEIRA, 2009, *apud* SILVA JÚNIOR, 2013, p. 89). De acordo com dados compilados e disponibilizados no site do Grupo Gay da Bahia/GGB, de 1963 a 2001, o índice de mortes alcançou 2092 sujeitos. Em 2007, foram computadas 122 mortes homofóbicas e, em 2008, 107. Entretanto, não chega a 10% o número de assassinos que são presos.

Nos EUA, 62,5% dos adolescentes que tentam suicídio são da população LGBT. No Canadá, sujeitos LGBT entre 13 e 34 anos possuem de 4 a 7 vezes mais riscos de cometer suicídio do que os heterossexuais. Na França, onde o suicídio é o segundo fator de morte entre indivíduos de 15 a 34 anos, a ocorrência no grupo LGBT é 13 vezes maior do que em heterossexuais (GGB, *apud* SILVA JÚNIOR, 2013).

Com essa mesma preocupação, exemplificam-se, entre vários outros que se incrementam nos anos 2000, com atenção à homofobia no ambiente escolar, os estudos de Junqueira (2010a, 2010b, 2013a, 2013b, 2014, 2015, 2017), que discute elementos relevantes da perspectiva da homofobia e da distorção do entendimento e de reações dela decorrentes, no âmbito da educação e, mais particularmente, da escola; Felipe e Bello (2009), que abordam a formação de atitudes homofóbicas na educação infantil; Fante (2005), que tematiza o *bullying* homofóbico na escola; Jesus (*et al*., 2006), que abordam formas de dialogar com adolescentes e jovens sobre a diversidade sexual na escola; Ribeiro, Soares e Fernandes (2009), que analisam a inserção de docentes LGBT no ambiente escolar; Santos (2011), que, a partir de depoimentos de alunos/as de uma escola de

educação básica, afirma no tema de sua pesquisa: *Isso é o que não mudou ainda: diversidade sexual, homofobia e cotidiano escolar*; Xavier Filha (2011), Caetano (2011; 2016) e Anadon, Caetano e Rangel (2015), que analisam representações de gênero em livros infantis, verificando modelos idealizados de masculino e feminino; Torres (2013), Caetano, Goulart e Silva (2016), Silva Junior e Caetano (2017) e Caetano, Silva Junior e Teixeira (2019), que, em várias de suas publicações e focos temáticos, a exemplo dos que referenciamos neste estudo, problematizam questões atuais do debate da diversidade sexual. Nesta direção, os trabalhos argumentam que a diversidade sexual deve ser encarada como um conceito fundamental à educação escolar. Os autores e autoras consideram que uma educação que ignora as práticas pedagógicas voltadas à diversidade, seja ela qual for, acaba por perder as dimensões republicanas necessárias ao convívio em sociedade. Neste sentido, defendem que a escola deve tornar-se espaço-tempo privilegiado de transformações sociais, no qual suas práticas se voltem a educar considerando a pluralidade e diversidade que a vida oferece ao mundo. Como dito por Caetano, Lucas Lima e Castro (2019).

> A vida é assim, mesmo que discursos das mais distintas naturezas não o queiram: múltipla, diversa e diferente a cada dia. Educar para a diversidade sexual, nesse sentido, diz respeito a não privilegiar uma forma de vida como modelo para todas as pessoas. Significa, portanto, antepor-se a uma educação heterossexista. Significa, ainda, não privilegiar uma expressão de gênero e de sexualidade em prejuízo de tantas outras (CAETANO, LUCAS LIMA E CASTRO, 2019, p. 12).

Assim, embora se concorde, *ipsis litteris*, com Lopes (2009, p. 363), em sua análise sensível, o último autor destaca que “tudo poderia ser mais simples. Sofrimentos desnecessários, decorrentes do preconceito e da intolerância, podem ser evitados”, constata-se a persistência da homofobia, sua presença insistente no espaço escolar, onde, através da formação de alunos/as e da influência na sua visão social, delineiam-se as tendências do futuro.

Segundo a produção pesquisada, a homofobia é vivida cotidianamente pelas pessoas sexo-gênero dissidentes, especialmente na escola. No geral, ela assume três dimensões: A. simbólica, B. psicológica e C. materiais. A respeito da primeira dimensão, é preciso compreender os papéis que a cultura, tomada em seu sentido mais amplo, compreende o campo das apresentações e representações, como instância que (re)produz entendimentos, por vezes, equivocados, acerca das minorias sociais e sexuais. Um caso ilustrativo é o modo como as populações LGBT costumam ser retratadas nas telenovelas, quase sempre (já que existem exceções) associadas ao risível e a uma vida pautada na busca pelo sexo. Nesse sentido, trata-se de uma reiteração que naturaliza certos marcadores para as identidades, reforçando suas diferenças. A constante reiteração assume feição de movimento fundamental à naturalização do que é produção cultural.

Em relação à violência psicológica, a literatura destacou as modalidades de subalternização capazes de produzir sequelas graves, do ponto de vista da subjetividade e valoração da autoestima dos sujeitos. Nesse sentido, a injúria assume a responsabilidade de fundar subjetividades minoritárias e limites a esses corpos descritos como dissidentes. Assim sendo, a violência, ao se localizar no sujeito, parte de insultos cujo objetivo é desfazê-lo de sua integridade, produzindo fenômenos de minoração. Em síntese, a violência psíquica deseja despojar o sujeito de sua humanidade. Por último e não menos importante, a violência material é encarada, no geral, como sendo a ponta de uma tortuosa rota de violência porque submete a vítima ao/à agressor/a pelo vínculo da subsistência. Ela chega, frequentemente, conjugada com a agressão física e, em casos extremos, a assassinatos.

Assim sendo, a produção do campo teórico da diversidade sexual é de expressiva contribuição nesse sentido, observando-se, nas análises que se seguem, que esse campo está ainda em construção e que agrega, entre outros aspectos relevantes e significativos, o debate de termos e conceitos. É relevante notar que o tema da diversidade sexual tem recebido crescente atenção em várias áreas, como Antropologia, Educação, Direito, Sociologia e Psicologia, e, ao mesmo tempo, comportado uma discussão em torno de termos e conceitos, como os de “homossexual”, “homoerótico”, “diversidade”, “diferença”, “orientação” ou “opção sexual”, “identidade” e “inclusão”. Nesse sentido, é oportuno considerar Brah (2006, p. 329) quando afirma que a diferença, diversidade, pluralismo, hibridismo “são alguns dos termos mais debatidos e contestados do nosso tempo”.

Outra observação a ser feita é que o campo de discussão da diversidade está ampliando seus enfoques críticos a marcadores rígidos e polarizados de entendimento, com atenção ao determinismo biológico e às relações de poder que interferem na identificação das diferenças e dos “diferentes”, assim como na prática da inclusão associada à submissão e subalternidade, assinalando-se ainda a relativização de concepções fixas e rígidas das identidades, em perspectivas como as de Hall (2003).

Quanto ao questionamento à “diversidade”, em autores como Bhabha (*et al*., 2007), tem como foco o seu entendimento como “lugar do outro”, do estranho. Entretanto, a concepção da diversidade permanece como referência em Dissertações e Teses disponibilizadas em várias bases de consultas, a exemplo do Portal da CAPES e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), assim como em artigos disponibilizados na base Scielo.

Entre as dissertações e teses recentes, com foco na “diversidade sexual”, apontam-se, a título exemplificativo, as de Dulac (2009), Freitas (2010), Marques (2010) e Santos (2011). Verifica-se

também que o termo "diversidade" consta nos descritores da Thesaurus Brasileiro da Educação/Brased e na legislação, a exemplo da Lei 10.558, de 13 de novembro de 2002, que "cria o Programa Diversidade na Universidade" (BRASIL, 2002).

Quanto à orientação sexual, questiona-se a simplificação a que o termo "orientação" costuma induzir. Contudo, vale observar que Fernando Seffner (2009) utiliza a expressão "orientação sexual" para referir-se a sujeitos LGBT e sua exclusão na escola e também para questionar o sentido e a prática de inclusão como domínio sobre o outro.

> […] quando se trata de assegurar a inclusão de travestis, jovens gays e jovens lésbicas, a discussão muda de figura, e aparecem outras questões, habitualmente ligadas às concepções que os professores e as professoras têm acerca dessas orientações sexuais. Para algumas professoras, a aluna lésbica é uma "sem-vergonha" e o jovem gay um "abusador" em potencial. E não merecem ser incluídos. Eles deveriam primeiro mudar de comportamento, para então serem incluídos. O fato revela um pensamento de fundo que articula as noções de quem merece ser incluído e quem não merece (SEFFNER, 2009, p. 127).

Quanto aos termos "homossexual" e "homossexualidade", seu emprego tem sido regular em pesquisas e artigos, a exemplo dos estudos que se reúnem em Costa (*et al*., 2010), com o tema amplo de *Retratos do Brasil Homossexual*, e de pesquisas como a de Silva Junior (2009) sobre *Representações de professores e professoras do ensino médio sobre homossexualidade*. Os termos persistem em artigos disponibilizados na base de periódicos da CAPES, a exemplo de Nardi, Rios e Machado (2012), e de estudos, como os de Sousa Filho (2009), Ferrari e Oliveira (2019) e Freitas Junior e Gomes (2020). Contudo, o emprego dos referidos termos tem recebido críticas, como as que os acusam de estabelecer e reforçar categorizações que induzem à estigmatização dos sujeitos (MAIA, 2009).

As discussões de termos e conceitos se apresentam, assim, como vetores que suscitam e ampliam perspectivas de aprofundamento das questões LGBT. Dessa maneira, colaboram com avanços em seus significados, fundamentos e problematização, também requeridos à superação de "elementos do contraditório", que têm se constituído como um dos fatores de inflexões entre o que se propõe e o que se realiza. Nesse cenário, dirige-se especial atenção à escola como *lócus* de formação política para a vida cidadã, que requer necessariamente o pensamento crítico numa perspectiva de desconstrução de preconceitos.

Comentário conclusivo

Observa-se, na contemporaneidade, a intensificação de pesquisas e artigos que incorporam aportes significativos ao debate de gênero e sexualidade. Desse modo, procurou-se exemplificar,

neste estudo, alguns dos artigos que, no período entre 2012 e 2015, ofereceram contribuições importantes a tal debate, abordando, em seus aportes, evidências de contradições entre propostas políticas e práticas, com atenção a ações na escola. Assim, na tematização de estudos que envolvem o contexto educacional da escola, políticas anti-homofóbicas e contradições, os artigos analisados trazem elementos que instigam a refletir sobre dificuldades que se opõem à superação do preconceito homofóbico ou, como assinalam Mello (*et al*., 2012, p. 99), da "LGBTfobia".

Nesta discussão conclusiva, retorna-se a Junqueira (2015) com o intuito de acrescentar elementos e reafirmar a argumentação da persistência homofóbica, assinalada, já no título e tema de um de seus vários estudos. Segundo o autor, "temos um problema em nossa escola: um garoto afeminado demais. Pedagogia do armário e currículo em ação" (JUNQUEIRA, 2015).

Ainda nesse estudo, a análise crítica do currículo, à luz de relatos de professores, revelou compreensões e práticas viesadas por concepções heterossexistas, embora não se mostrassem de modo declarado e explicitamente assumido. A noção de "pedagogia do armário" é oportuna e sugestiva para a crítica perspicaz e contextualizada do currículo, que ainda absorve, nos meandros de suas propostas, sua implementação e orientações docentes, discentes e gestoras, influências do pensamento heteronormativo.

Também a noção de "currículo em ação" é pertinente às análises, referindo-se a práticas que efetivamente se realizam nas escolas por muitos que atuam no seu cotidiano, com atenção ao currículo, como uma de suas referências principais, sendo, portanto, necessário perceber e reagir a interferências heteronormativas que se insinuam nos meandros dos parâmetros curriculares.

Nos aportes de Junqueira (2015), é interessante também levar em conta a concepção de "cidadania mutilada", que, tal como as de "pedagogia do armário" e "currículo em ação", contém implicações a serem consideradas, sobretudo, quando se pretende que sejam superados, de modo concreto e efetivo, pensamentos e ações homofóbicas que, de modo revelado ou não, engendram-se no currículo, na escola, no processo de formação cívica dos alunos.

Mantém-se, portanto, a preocupação com um substrato de processos irônicos e excludentes que se manifestam sob o estofo aparente de convivência inclusiva, alimentando contradições e incongruências que favorecem e também anunciam a permanência, consolidada do poder heteronormativo no âmbito da educação e da escola, beneficiando ainda essa permanência na sociedade, com prejuízo das relações afetadas por processos discricionários que, à primeira vista, não atingem apenas os sujeitos LGBT que têm sucesso profissional, embora, como já havia sido sinalizado por Brah (2006), sejam mantidas, nesse caso, expressões ocultas de resistências a esses sujeitos.

Pode-se, então, ainda hoje, concordar com essa análise de permanência de atitudes homofóbicas, até mesmo quando se observa, nas ruas e ambientes sociais, a forma como os que contrariam padrões fixos e intransigentes de heteronormatividade são notados/as e comentados/as em baixo tom de voz e com sorrisos que, embora dissimulados, podem ser claramente percebidos pela maneira irônica do olhar.

O interesse nessas questões está associado a vários vetores de problematização, fortalecendo evidências de que a heteronormatividade compulsória permanece ancorada no contexto da sociedade, manifestando-se, de modo explícito ou subliminar, em atitudes, decisões e práticas preconceituosas, apesar de propostas anti-homofóbicas que se enfatizam em normas legais, em projetos pedagógicos, em crescente produção acadêmica, em grupos de pesquisa e em movimentos sociais expressivos, a exemplos de Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT (RJ) e Grupo Gay da Bahia (BA).

A percepção das contradições não prejudica, entretanto, o reconhecimento do valor das políticas, compreendendo-as como iniciativas que se inserem num momento histórico em que emergem questões candentes dos direitos da população LGBT, merecendo ainda consideração os documentos que formalizam projetos de avanços necessários nesse cenário.

É de fundamental importância reconhecer que, apesar das distâncias ainda existentes entre discursos e práticas efetivas, observa-se, especialmente na progressão da década de 1990 à seguinte, o incremento de atividades e movimentos que suscitam a atenção de educadores/as, tanto na escola básica quanto no ensino superior.

As universidades públicas têm tido uma participação gradativa desse movimento, contribuindo com sua produção e com sua presença em eventos, em mobilização política e em cursos de formação. Assim, embora entre o que se deseja e o que se realiza ainda sejam mantidas distâncias e fronteiras, fortalecidas pela permanência de contradições e dificuldades que anunciam um longo caminho a percorrer, é possível e preciso confiar na ultrapassagem dessas fronteiras, o que implica na desconstrução de equívocos e preconceitos que constituem substâncias das contradições.

Conclui-se, então, confiando em avanços que já se evidenciam no presente e se projetam no futuro do enfrentamento do determinismo heteronormativo na sociedade, na educação e na escola. Os artigos exemplificados neste estudo são alguns dos muitos que, na contemporaneidade, contribuem a essa confiança.

Referências

ANADON, S.; CAETANO, M.; RANGEL, M. A Galinha Pintadinha e o reino do Galo Carijó: dinâmicas androcêntricas na educação da infância. *Cadernos de Educação* -UFPel (Online), v. 1, p. 10-30, 2015.

BHABHA, H. *et al*. *A urgência da teoria:* o estado do mundo. Lisboa: Tinta-da-China, 2007.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei 10.558, de 13 de novembro de 2002*. Cria o Programa Diversidade na Universidade e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis/2002/110558.htm>. Acesso em: 20 jul. 2012.

CAETANO, M. *Os gestos do silêncio:* para esconder a diferença. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

____. *Gênero e Sexualidade:* um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares. 2011. 228f. Tese de doutorado (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

____; SILVA JUNIOR, P. M.; DE GARAY HERNANDEZ, J. Ninguém nasce homem, torna-se homem: as masculinidades no corpo e o corpo nas práticas curriculares das masculinidades. *Revista Periódicus***,** v. 1, p. 8-18, 2014.

____.; GOULART, T. E. S.; SILVA, M. S. da. Ensaios sobre a heteronormatividade: Modos curriculares de aprendizagem das sexualidades e do gênero. *Atos de Pesquisa em Educação (FURB)*, v. 11, n. 2, p. 634-655, 2016.

____.; JUNIOR SILVA, P. M. da; TEIXEIRA, T. Bichas pretas e negões: seus fazeres curriculares em escolas das periferias. *Revista Teias.* v. 20. n. 59, out/dez 2019, p. 39-55.

____. *Performatividades reguladas:* heteronormatividade, narrativas biográficas e educação. Curitiba: Appris, 2016.

____; LUCAS LIMA, C. H.; CASTRO, A. M. Diversidade sexual, gênero e sexualidades: temas importantes à educação democrática. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 16, n. 3, p.5-16 jul/set 2019.

____.; RODRIGUES, A.; SILVA, C. N.; GOULART, T. *Quando Ousamos existir* – itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI do Brasil 1978 – 2018. Rio Grande, RS: EDFURG, 2018.

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. de M.; SIERRA, J. C. Governamentização do Estado, movimento LGBT e escola: capturas e resistências. *Revista Educação*, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 36, n. 2, p. 192-200, 2013.

CORDEIRO, A. M. Revisão sistemática e revisão narrativa. *Rev. Col. Bras. Cirur***.** Rio de Janeiro, Colégio Brasileiro de Cirurgiões, p. 34-35, 2007.

COSTA, H. *et al*. (Orgs.). *Retratos do Brasil homossexual.* São Paulo: EDUSP, 2010.

DULAC, E. B. F. *Sexualidade e educação:* uma análise de questões levantadas por professores/as de um curso voltado à educação para a diversidade. 2009. 176f. Tese de Doutorado (Doutorado em

Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FANTE, C. *Fenômeno bullying:* como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Versus, 2005.

FELIPE, J.; BELLO, A. T. Construção de comportamentos homofóbicos no cotidiano da educação infantil. *In:* JUNQUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade sexual na educação:* problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 141-158.

FERRARI, A.; OLIVEIRA, D. de. A excêntrica família homossexual: discursos e saberes que constituem sujeitos homossexuais e suas famílias no contexto escolar. *Revista Espaço Acadêmico*, 18(212), 2019, p. 3-18.

FERNANDES, C. F.; PEREIRA, Ar. L. Políticas públicas para a diversidade sexual em contexto escolar: realidade ou utopia? *Camine:* Caminhos da Educação, Franca/SP, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", v. 6, n. 2, p. 129-150, 2014.

FREITAS JUNIOR, P. S.; GOMES, P. R. "Sendo quem eu sou": adolescente e homossexual em uma escola pública do município de Campos dos Goytacazes/RJ. *Perspectivas em Diálogo*, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 307-323, jan./jun. 2020.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREITAS, J. G. de O. *No quadro:* O tema da diversidade sexual na escola, com foco na homossexualidade. Nas carteiras escolares: os professores. 2010. 254f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GOULART, T. E. S.; CAETANO, M.; RANGEL, M. Narrativas entrecruzadas de professoras negras em terras de gaudérios. *Margens (UFPA)*, v. 11, p. 15-58, 2018.

GRAUPE, M. E.; GROSSI, M. P. As ações do núcleo de identidades de gênero e subjetividades (nigs) e a agenda política de combate à homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas. *Emblemas* – Revista do Departamento de História e Ciências Sociais – UFG/CAC, Catalão/GO, Universidade Federal de Goiás, v. 10, n. 2, p. 221-233, jul-dez, 2013.

GREEN, J.; QUINALHA, R.; FERNANDES, M.; CAETANO, M. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA/GGB. *Direitos humanos para todos e todas.* 2013. Disponível em: <http://www.ggb.org,br/direitos.html>. Acesso em: 10 nov. 2009.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

HRUSCHKA, J.; MAIO, E. R. Gênero e diversidade sexual: análise dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas públicas estaduais de Londrina, PR – ensino médio. *Revista Eletrônica de Educação***,** São Carlos/SP, Universidade Federal de São Carlos, v. 9, n. 1, p. 78-89, maio 2015.

JESUS, B. de. *et al*. *Diversidade sexual na escola:* uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. São Paulo: Ecos, CORSA, 2006.

JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação:* problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. UNESCO, 2009, p. 13-52.

____. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. *In:* JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação:* problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 367-444.

____. Homofobia na escola: um problema de todos. *In:* JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação:* problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 367-444.

____. A homofobia não é um problema. Aqui não há gays nem lésbicas! Estratégias discursivas e estados de negação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 9, p. 123-139, 2010a.

____. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Revista Espaço do Currículo* (Online), v. 2, p. 208-230, 2010b.

____. A educação frente à diferença/diversidade sexual. *Educação* (Rio Claro. Online), v. 23, n. 44, p. 162-181, 2013a.

____. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. *Retratos da Escola*, v. 7, p. 481-498, 2013b.

____. Pedagogy of the Closet: Heterosexism and Gender Surveillance on Brazilian Everyday School Life. *Annual Review of Critical Psychology* (Online), v. 11, p. 173-187, 2014.

____. Temos um problema em nossa escola: um garoto afeminado demais. Pedagogia do armário e currículo em ação. *Educação e Políticas em Debate*, v. 4, p. 221-221, 2015.

____. Escola, homofobia e heteronormatividade. *Revista Coletiva FUNDAJ*, v. 18, p. s/p, 2017. Disponível em: http://anteriores.coletiva.cf/index.php/artigo/escola-homofobia-e-heteronormatividade/.

KADLUBITSKI, L.; JUNQUEIRA, S. *Diversidade cultural na formação do pedagogo*. Vidya, Santa Maria, Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, v. 30, n. 1, p. 25-41, 2015.

LOPES, D. Por uma nova invisibilidade. *In:* JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação:* problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 355-366.

MAIA, A. C. B. Sexualidade, deficiência e gênero: reflexões sobre padrões definidores de normalidade. *In:* JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação:* problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 265-292.

MARQUES, D. M. *A(s) clínica(s) psicológica(s) de diversidade sexual:* percorrendo trajetórias de vida. 2010. 94f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MELLO, L. *et al*. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. *Bagoas*, Natal/RN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 6, n. 7, p. 99-122, 2012.

MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA. *Lei nº 7.476/07*, de 19 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a criação do dia Municipal de Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia. Disponível em: <http://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/984183/lei-7476-07>. Acesso em 09 nov. 2016.

NARDI, H. C.; RIOS, R. R.; MACHADO, P. S. Diversidade sexual: políticas públicas e igualdade de direitos. *Athenea Digital*, Barcelona, Universidade Autônoma de Barcelona, v. 12, n. 3, p. 255-266, Novembro, 2012.

OLIVEIRA JÚNIOR, I. B. de; MAIO, E. R. Homofobia e (re)produção da(s) diferença(s): ações conjugadas no plural no contexto escolar. *Teoria e Prática da Educação***,** Maringá/PR, Universidade Estadual de Maringá, v. 17, n. 1, p. 23-36, jan.-abr., 2014.

RIBEIRO, P. R. C.; SOARES, G. F.; FERNANDES, F. B. M. Ambientalização de professores e professoras homossexuais no espaço escolar. *In:* JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação:* problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 183-212.

RODHEN, F.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. *Os desafios da transversalidade em uma experiência de formação on line:* curso de Gênero e Diversidade na Escola. Rio de Janeiro: CEPESC, 2008.

SANTOS, R. A. P. dos. *"Isso é o que não mudou ainda":* diversidade sexual, homofobia e cotidiano escolar. 2011. 134f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Programa de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SEFFNER, F. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. *In:* JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação:* problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 125-140.

SILVA JÚNIOR, J. A. da. *Rompendo a mordaça:* representações de professores e professoras do ensino médio sobre homossexualidade. 2009. 300f. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

____. da. Diversidade e educação: apontamentos sobre sexualidade e gênero na escola. *In:* RANGEL, M. *A escola diante da diversidade*. Rio de Janeiro: WAK, 2013, p. 69-105.

SILVA JUNIOR, P. M. da; CAETANO, M.; GOULART, T. E. S. Ele queria ser a Cinderela?: Construções *queer* à leitura das masculinidades no Ensino Fundamental. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 9, p. 87-104, 2016.

____; CAETANO, M. Narrativas em primeira pessoa: experiências docentes, gênero e sexualidades. *Periferia*, v. 9, n. 2, p. 38-58, jul./dez. 2017.

SOUSA FILHO, A. de. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. *In:* JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação*: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 95-124.

SOUZA, R. M. de; GALLO, S. Por que matamos o barbeiro? Reflexões preliminares sobre a paradoxal exclusão do outro. *Educação & Sociedade*, Campinas/SP, Universidade Estadual de Campinas, v. XXIII, n. 79, p. 39-64, ago. 2002.

TORRES, M. A. *A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto: UFOP, 2013.

UNESCO. O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam. São Paulo: Moderna, 2004.

VIANNA, C.; CAVALEIRO, M. C. Políticas públicas de educação e diversidade: gênero e (homo) sexualidades. *Revista Gênero*, Niterói/RJ, Universidade Federal Fluminense, v. 12, n. 2, 1. p. 27-45, sem. 2014.

XAVIER FILHA, C. Era uma vez uma princesa e um príncipe... representações de gênero nas narrativas de crianças. *Revista Estudos Feministas.* Florianópolis/SC, Universidade Federal de Santa Catarina**,** v.19, n.2, p. 591-613, maio/ago., 2011.

____.; CAETANO, M. Gênero, sexualidades e teoria *queer*: diálogos com a educação. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 2, p. 1-5, 2014.

Recebido em: 14/07/2020
Aprovado em: 01/10/2020